



FICHA TÉCNICA

Título

Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática – N.º 9 (2021)

ISSN

1647-6344

Editor

Centro de Estudos Históricos

Director

João José Alves Dias

Conselho Editorial

João Costa: Licenciado em História pela FCSH/NOVA. Mestre em História Medieval pela FCSH/NOVA. Doutor em História Medieval na FCSH/NOVA

José Jorge Gonçalves: Licenciado em História pela FCSH-NOVA. Mestre em História Moderna pela FCSH/NOVA. Doutor em História Moderna pela FCSH/NOVA

Pedro Pinto: Licenciado em História pela FCSH/NOVA

Conselho Científico

Fernando Augusto de Figueiredo (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Gerhard Sailler (Diplomatische Akademie Wien)

Helga Maria Jüsten (CEH-NOVA)

Helmut Siepmann (U. Köln)

Iria Vicente Gonçalves (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

João Costa (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA)

João José Alves Dias (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

João Paulo Oliveira e Costa (CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Jorge Pereira de Sampaio (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

José Jorge Gonçalves (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Julián Martín Abad (Biblioteca Nacional de España)

Maria Ângela Godinho Vieira Rocha Beirante (CEH-NOVA)

Maria de Fátima Mendes Vieira Botão Salvador (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

Design Gráfico

Ana Paula Silva

Índices

Carlos Silva Moura, Diana Martins, João Costa e Pedro Pinto

Imagem de capa

Bibliothèque nationale de France, Ms. Français 20485, f. 92



SUMÁRIO

Editorial, p. 7
João Alves Dias

Imagem da capa: Uma carta de Lopo de Almeida a Luís XI, Rei de França, em 1465, p. 9
Pedro Pinto

ESTUDOS

Pernoitar fora de casa nos confins da Idade Média, p. 15
Iria Gonçalves

A presença da cortiça no património construído da Ordem de Avis, em terras do Alto Alentejo, no início da Idade Moderna, p. 51
Ângela Beirante

MONUMENTA HISTORICA

António Castro Henriques, Diana Martins, Inês Olaia, Pedro Pinto, João Costa, João Nisa, Catarina Rosa, Margarida Contreiras, Ana Catarina Soares, Maria Teresa Oliveira, Rui Queirós de Faria, Diogo Reis Pereira, Carlos Silva Moura, Pedro Simões, Alexandre Monteiro, Ana Isabel Lopes

A ordem dos documentos desta secção encontra-se nas páginas seguintes (4 a 6)

ÍNDICE

Índice antroponímico e toponímico deste número, p. 283

MONUMENTA HISTORICA – Ordenação da documentação

Foral outorgado por Gomes Lopes, prior do Mosteiro de São Jorge de Coimbra, a Galizes (1260), p. 87

Carta de D. Dinis ao juiz e concelho de Penacova sobre o pagamento da colheita pelo Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (1290), p. 89

Carta de D. Dinis ao meirinho-mor de Além-Douro para controlo de violência dos fidalgos (1293), p. 91

Carta de D. João Martins de Soalhães, bispo de Lisboa, contendo o traslado de escrituras relativas à sentença exarada contra Miguel Lourenço, carpinteiro, por não viver maritalmente com a sua mulher (1304), p. 93

Carta de D. Dinis de revisão do foro a pagar pelo concelho de Abiul (1308), p. 97

Carta de D. Afonso IV de privilégio ao Mosteiro de São Domingos de Santarém (1328), p. 99

Carta de D. Afonso IV concedendo privilégio ao convento do Mosteiro de Santa Ana das Celas da Ponte de Coimbra (1334), p. 101

Carta de D. Afonso IV concedendo privilégio à igreja de São Cristóvão de Coimbra (1334), p. 103

Treslado de carta de D. Afonso IV com instruções para averiguação de queixas de sobretaxamento no Entre Douro e Minho (1335), p. 105

Inventário e descrição do conteúdo de duas arcas (uma contendo livros) pertencentes à Irmandade dos Clérigos Ricos de Lisboa (1382), p. 107

Instrumento público de trespasse de aforamento de umas vinhas em Óbidos entre Álvaro Vasques e Vasco Gil (1417), p. 111

Privilégio e ordenança dos besteiros de cavalo (1419), p. 113

Escambo que Fernão Gil, tesoureiro do Infante D. Duarte, fez das casas da judiaria, com a vinha e olival, que foi de João Vicente, moedeiro (1433), p. 117

Fragmento de livro de despesas de Martim Zapata, tesoureiro-mor em Lisboa (1440), p. 123

Instrumento público de codicilo ao testamento de Leonor Gonçalves da Silveira (1441), p. 129

Carta de venda de metade de uma casa situada na judiaria do Olival, no Porto, junto ao Mosteiro de São Domingos (1445), p. 133

Venda de Violante da Silveira a Nuno Martins da Silveira, escrivão da puridade régia, de bens em Évora (1449), p. 137

Carta de D. Afonso V ao Conde de Benavente (1451), p. 141

Confirmação da doação que fizeram Isaac de Braga e Missol, judeus habitantes em Arrifana de Sousa, a D. Isabel de Sousa (1456), p. 143

Traslado quinhentista do contrato que a Câmara de Évora fez da administração da aposentadoria de Évora com os mesteres (1464), p. 147

Certidão da Infante D. Beatriz sobre as menagens dos alcaides das fortalezas pertencentes a D. Diogo, Duque de Viseu, seu filho (1481), p. 155

Carta de Santarém a D. João II sobre a morte do príncipe D. Afonso [1491], p. 163

Contrato de casamento de D. Maria de Meneses com Rui Gomes da Grã (1493), p. 165

Codicilo ao testamento de D. Gonçalo de Castelo Branco (1493), p. 169

Instruções dadas por D. Jorge da Costa, Cardeal de Portugal, em Roma, a Francisco Fernandes, que enviava a D. Manuel I, rei de Portugal (1496), p. 173

Partilha de bens por morte de Maria de Sousa, Baronesa de Alvito (1499), p. 177

Caderno de matrícula das ordens sacras concedidas em Tomar (1501-1544), p. 183

Carta de foral novo do Rei D. Manuel I ao concelho de Castelo Novo (1510), p. 215

Carta de Álvaro Vaz queixando-se ao rei da opressão que o corregedor de Tavira causara aos moradores da dita cidade (1517), p. 227

Nomeação de Afonso Homem como recebedor das terças da comarca de Trás-os-Montes (1517), p. 231

Notícias várias do reinado de D. João III e D. Sebastião [1521-1572], p. 233

Carta de sentença e quitação do Cardeal de Lisboa, o Infante D. Afonso [II], relativamente a uma contenda entre o bacharel Tomé Fernandes e D. Francisco de Castelo Branco sobre a execução do testamento da condessa, sua mãe (1529), p. 241

Carta de D. João III ao capitão de Ormuz D. Pedro de Castelo Branco sobre a ameaça dos turcos (1537), p. 243

Mandado de D. João III a Sebastião de Morais para pagar a Fernão de Pina, cronista-mor e guarda-mor da Torre do Tombo, até à quantia de 300 cruzados aos escrivães que trasladavam livros e escrituras (1538), p. 245

Carta de D. João III ao capitão de Ormuz D. Pedro de Castelo Branco agradecendo os seus serviços (1542), p. 247

Carta sobre a defesa do castelo de Viana [1614-1625], p. 249

Parecer do Conselho da Fazenda sobre o naufrágio de uma nau holandesa em Melides (1626), p. 253

Lista de despesas do embaixador de Portugal em Roma [post. 1640], p. 255

Instruções públicas de D. João IV a D. João de Meneses, embaixador na Holanda (1650), p. 259

Instruções privadas de D. João IV a D. João de Meneses, embaixador na Holanda (1650), p. 263

Carta de D. Maria I nomeando o professor régio Luiz dos Santos Vilhena para a cadeira de língua grega na Bahia (1787), p. 273

Memória sobre o modo mais vantajoso de remediar os inconvenientes das presas de água para regar os campos, fazer os rios navegáveis, prevenir o seu areamento, profundar os portos de mar, e outros usos [c. 1794-1808], p. 275

Relação do que foi destruído pelos franceses no cartório da câmara de Penamacor (1816), p. 281

INSTRUÇÕES PRIVADAS DE D. JOÃO IV A D. JOÃO DE MENESES, EMBAIXADOR NA HOLANDA (1650)

Transcrição de Maria Teresa Oliveira

CHAM – Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH,
Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa

Resumo

1650, Lisboa, 27 de maio

Instruções secretas que D. João IV dá a D. João de Meneses, seu embaixador na Holanda, sobre as negociações de paz a fazer com a Holanda e a restituição dos territórios por eles tomados no Brasil e na Índia, e sobre outros assuntos relativos às relações de Portugal com esse estado e com Inglaterra.

Abstract

1650, Lisbon, 27 May

Secret instructions issued by King João IV to D. João de Meneses, his ambassador in the Netherlands, regarding the peace negotiations to be made with the Netherlands and the restitution of the territories seized by them in Brazil and India, and regarding other matters pertaining to Portugal's relations with that state and England.

Lisboa, Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Colecção Pereira e Sousa – Mendonça Cortês, Caixa 16, Maço 4, N.º 38

© *Fragmenta Historica* 9 (2021), (263-272). Reservados todos os direitos. ISSN 1647-6344

¹Documento

Dom João de Menezes amigo, demais da instrução publica que vos mandey dar para a embaixada de Holanda a que ora vos envio usareis desta secreta, que he a mais importante de vossa missão:

1 – Pella publica e pellos papeis que nella se çitão entenderéis que todo o negocio que de presente se offereçe com Holanda he achar algum meyo de çelebrar e conservar verdadeira paz entre meus vassallos e os holandezes nas conquistas desta coroa, porque sem embargo da tregoa çelebrada por Tristão de Mendoça Furtado me fizerão as companhias quasy sempre muito viva guerra em todas ellas, alcançando por engano, e debaixo da confiança daquella tregoa os bons suççessos que depois lhes fez perder a experiencia e dezengano de meus vassallos conheçendo os por inimigos, e fazendo os perder com as armas nas mãos o que sem ellas lhes tomarão.

2 – Por engano se fizerão senhores da çidade de Belem cabeça do estado do Maranhão, da de Loanda, que o he do reyno de Angola, e depois com dobrado engano do sitio do Bengo no mesmo reyno, prendendo e tratando muito indignamente ao governador Pedro Cesar de Menezes. Com o mesmo engano tomarão a fortaleza de São Thome e depois quebrando duas capitulações particulares a çidade metropoly daquelle governo. O mesmo fizerão na fortaleza do Seará e capitania de Seregipe de el rey que he hũa das melhores e mais importantes do estado do Brazil, e tudo perderão logo que meus vassallos coheçendo seus animos, e aos ministros e soldados das companhias por inimigos declarados os investirão com as armas.

3 – De tudo me mandey queixar aos Estados por Françisco de Andrade Leitão e Françisco de Souza Coutinho meus embaixadores, e depois de grandes delongas lhes responderão que os ministros das companhias fizerão justamente tudo o referido por darem a isso lugar algũas palavras cautelosas daquella capitulação, não querendo advertir que o seu intento tivera lugar sómente no que sem notiça da çelebração da tregoa tivessem feito os capitães e soldados da companhia com a boa fee da guerra antecedente, mas não no que depois de terem notiça da tregoa, e debaixo da fee e palavra della, tomassem com engano, ainda que fosse antes da tregoa solemnemente publicada naquellas partes, quanto mais que alguns daquelles casos suçcederão depois da tregoa aly publicada. E que pello menos fosse com notiça della se mostra evidentemente do modo e çircunstanças com que os ministros da companhia cometerão aquellas invasões, que não he neçessario referir porque são notorias.

4 – Demais disto he inumeravel a quantidade de embarcações que tem tomado a meus vassallos, assy antes dos movimentos de Pernãobuco, de que logo se tratará, como depois delles, sendo a nação holandeza entre todas as inimigas desta coroa a que mayores danos lhe fez depois de minha restituição, sem perder occazião nem meyo algum de alcansar muitas. Nos princípios requererão meus embaixadores, enganados com as apparencias da tregoa, satisfação destes [fl. 165v] danos, e posto que algũas vezes se lhe mandarão satisfazer, foi sempre sem effeito, servindo as sentenças e os despachos de novo engano aos que com tanto trabalho as requererão.

5 – Tudo isto fes passar e dessimular a prudência e o cuidado a que obrigão as guerras de Castela e seus colligados, e por esta rasão mandey procurar o mais efficaçmente que me foi possivel pellos embaixadores Tristão de Mendoça Furtado, Françisco de Andrade Leitão, Françisco de Sousa Coutinho, Dom Luis Portugal que por duas vezes tive nomeado embaixador para o mesmo effeito pellos ministros de França e por todas as mais pessoas que se me offereçerão çelebrar hũa paz sinçera com os Estados, e nunca se achou meyo de se concluir cousa algũa, antes quanto mayores demonstrações se fazião por minha parte de me unir com os Estados, tanto mayores erão as com que fazião guerra a minhas conquistas, sem reparar que as utilidades da paz e os danos da guerra entre estas duas nações erão iguaes para ambas as

¹ Os critérios de transcrição adotados encontram-se em Avelino de Jesus da Costa, *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, 3.^a ed., Coimbra, Instituto de Paleografia e Diplomática, 1993.

partes, porque com a união se fazião inveniçáveis ao inimigo commum de ambas, e com a guerra lhe dão esperanças de as contrastar, alem de que todos sabem quanto mais util he o commercio de Portugal a Holanda que o de Holanda a Portugal.

6 – Nestes termos estavam as couzas pello que toca às conquistas do Brazil, Maranhão, Angola e São Thome, quando succederão os movimentos de Pernãobuco. Padecião os portuguezes moradores daquella capitania e das mais 'té a da Bahia o que vereis por hum manifesto em que declararão ao mundo os justificados motivos com que tomarão as armas contra os holandezes a quem se havião sojeitado e que ajudou os Deus por observança de cuja ley cometerão tão deficultosa empresa de maneira que redusirão o poder da companhia a breve limitação das ultimas fortificações, alcançando della tantas vitorias quantas forão as vezes que lhe vierão às mãos com seus soldados.

7 – Este foi o primeiro acto de que a malícia dos ministros da companhia pode formar queixa contra os meus sobre a observança da tregoa procurando persuadir ao mundo que se lhe rompera por lhes não parecer verosimil que os de Pernãobuco sem favor ou pelo menos permissão minha fazião guerra tão desigual na sua opinião. E posto que se lhes mostrou por defferentes provas o contrario, como vereis dos papeis, não quizerão nunca estar por esta verdade e sendo tantos e tão claros, como fica referido, os exçessos que cometerão contra a tregoa, este unico, que imaginarão em meus ministros, quizerão que pezasse mais que todos os outros e que fosse justificado motivo para suspenderem toda a negociação e conferências de paz de que se estava tratando.

8 – Pedirão me lhes mandasse restituir o que os portuguezes lhes havião tomado como se isso estivera em minha mão protestando que sem inteira restituição de tudo não admittirão pratica de paz. Respondeu se por minha parte hũa e outra vez como entendereis dos papeis, e chegou o negoçio a termos que pareço conveniente [fl. 166] a Françisco de Sousa não só fazer esta restituição que lhe havia premitido para defferente cazo, e em muito defferentes termos, mas ainda passar adiante capitulando primeira vez na forma dos papeis que se vos entregarão, e despois segunda, hũa e outra em perjuiso notorio do reyno que o açoitou tão mal como vos he prezente. E nem ainda assy como Françisco de Sousa o havia conferido o quizerão aceitar os Estados, e foi merçe de Deos que ficasse por elles o que eu ainda que quizesse não poderia então cumprir pella contradição uniforme de todo o reyno.

9 – Sem elle não posso demittir tão grande parte do patrimonio da coroa, como os Estados pretendem naquella capitulação, e he tão poderoso o dezeijo que tenho de concluir por hũa vez paz com Holanda, que me rezolv y a convocar cortes para propor e vencer sendo me possivel este negoçio, e com effeito as convoquey para a villa de Thomar, e se levantarão, assy pella peste do Algarve que impedio totalmente aquelle reyno aonde ainda se padeçe, como pellas invasões do inimigo, a que foi neçessario acudir. E porque os Estados apertavão por conclusão, e eu dezejjava livrar me desta guerra para continuar a de Castella com mayor poder e valer me para isso dos rendimentos das conquistas que me impedião em muita parte a guerra que as companhias me fazem nellas, usey de outro meyo mais breve, e que me pareço mais fácil, e foi commonicar e rezolver a materia com os conselhos, e sendo os ministros delles tão dependentes de minha graça, e fazendo lhes entender que a ganharião com accommodarem este negoçio, sendo os conselhos outo, e compondo se de tantos sojeitos se conformarão em que de nenhũa maneira convinha estar por aquella capitulação, e isto mesmo me disse a casa do Vinta Quatro em que consiste todo o poder do povo desta corte, e a casa dos homens de negoçio della, como tudo vereis dos papeis que se vos mostrarão.

10 – Dizem me todos que compre aos Estados o que hoje possuem no Brazil compondo os interessados em forma que sem dano, antes com interesse, possão aceitar de boa vontade esta conveniençia. Mandey ordenar a Françisco de Sousa buscasse occazião de mover pratica sobre ella, e fazendo o, avizando me que não achava dispostos os animos, o mandey vir para o reyno por me parecer que conferindo o seu tratado com os conselhos e ministros lho poderia persuadir. E não succedeo assy porque nomeando por meu embaixador Dom Luis Portugal o não admittirão os Estados, e foy para isso forçado para os negoçios não ficarem desemparados deter se Françisco de Souza emquanto vos chegaes.



11 – Estou informado que os Estados vos esperão, e vos dezeitão, e não faltão indícios de que não açoitão tão mal a pratica de venda como disserão a Francisco de Souza e assy he de crer se se ouver de julgar este negocio pella razão, porque sem portuguezes que só sabem cultivar aquellas terras e plantar e recolher os frutos dellas [fl. 166v] não importará que os holandezes tenham parte no Brazil, e a experiencia do passado he bem clara prova de que se não acomodarão jamais a sojeição que experimentarão tão cruel, e que hoje hão de reçar muito mais com novos fundamentos, e não ha que esperar amizade de gente que entendendo que as fazendas lhes poderião ser de embaraço à guerra as queimarão com suas proprias cazas por lhes custar menos a perda das vidas quando chegasse a hora de as largar.

12 – São os portuguezes daquellas partes costumados a viver nos matos, e ainda que os holandezes puderão sem elles cultivar as terras, he certo que não recolherão fruto se os portuguezes lho quizerem queimar, cousa tão facil e tão perigosa naquella parte. E quem teve resolução para queimar suas proprias terras e fazendas em que tinha o remedio de suas molheres e filhos, de melhor vontade queimará as alheas e tirará a seus inimigos o remedio de que os privarão. E tambem sabeis que queimadas hũa vez as canas que são as fazendas que aly há são necessários cinco annos para tornarem a ser de proveito.

13 – Sabeis que sem negros de Angola não podem moer engenhos no Brazil, que he a razão porque naquelles acordos de Francisco de Souza fazem os holandezes tanto por ter algũa parte naquelle reyno e deixarão os holandezes tão justamente escandalizados os moradores delles que ainda que eu o quizera e os preceitos de nossa santa fee catholica romana o permittirão, não poderão fazer sua e muito menos compra delles, com o que ainda que nos convieramos na restituição que tanto pretendem lhes fora muito menos util que a compra que lhes offereço, principalmente tendo em Lisboa pela vizinhança, amizade e conveniência do commercio para ambas as nações quasy todo o das drogas de minhas conquistas, e consequentemente do Brazil, com o que sem as despesas, perigos e encargos que hora experimentarão, lograrão os interesses de tudo.

14 – A deminuição em que vão as ações da companhia e o miseravel estado a que no Brazil se reduziu a sua conquista, o que se tem despendido nos annos passados e o pouco que ja tem para despender nos futuros são as razões com que mais evidentemente se mostra quanto convem não acabar de perder tudo e accommodar por hũa vez com este meyo de compra com que os interessados pagão suas dividas, reparão seus danos e ganharão fazenda muito consideravel. E se eu não puder reduzir o reyno a que venha no meyo da restituição e os Estados não quizerem aceitar este da compra pode ser esta desavença occasião de vir a rompimento e de Holanda perder o commercio de Portugal em que não perde pouco.

15 – As esperanças de a companhia reparar seus danos com as prezas que ‘té ‘gora fez nos mares do Brazil e nos destes reynos tem ja hoje cessado com a companhia do Commercio que começou com tanto mayor cabedal, que a de Holanda e sahio [fl. 167] deste porto com hũa armada tão poderosa e se ha de recolher com ella tão acrecentada que parece não terão os holandezes poder para a contrastar, e quando o intentem ser lhe há essa despesa a mayor ruina, e não há ja que cuidar em que tomarão caravelas e navios pequenos, tanto porque os tenho prohibido como porque tenho ordenado que se não navegem drogas do Brazil senão na armada da companhia.

16 – Nem esta conveniência de compra pode deminuir a reputação das armas holandezas, porque concertar justa e convenientemente com os amigos não he falta de valor, antes obra de prudência. Perder Angola, perder São Thome, perder o Brazil e hir nelle perdendo cada dia isto he falta de reputação, e a esta se atalha como meyo da conveniência de que França, Sueçia e os mais príncipes meus e seus amigos terão satisfação e contentamento.

17 – Estes são os motivos mais poderosos com que, e com os mais que a negociação for descobrindo, persuadireis os Estados, e quando a queirão aceitar podereis offerecer pagamento da quantia em que vos concertardes no contrato do sal que tenho rezoluto se lhes arende a sua satisfação pelo modo que entendereis de Pedro Vieyra, em que se lhes não fez pequena amizade nos assucars do Brazil e outras

drogas daquelle estado, e em tudo o mais do reyno e conquistas que os holandezes quiserem pagos em prazos que procurareis seijão os mais largos que puderdes alcansar.

18 – Sobre a quantidade do dinheiro que podereis prometer se fizerão differentes conferencias e ultimamente pareceo que o mais a que se podia chegar erão tres milhões de cruzados pagos nos mais dilatados termos que se puder alcansar, assy o fareis começando por menor soma e quando os Estados se não dem por contentes com o que fica apontado lhes direis que se não estendem vossos poderes a mais, e sem vos desavires pedireis liçença para me dar conta e dando ma com toda a meudesa vos mandarey responder conforme ao estado e possibilidade com que então se achar o reyno.

19 – E admitireis que para responder as addições das perdas e despesas com que a companhia acrescenta incomparavelmente a sua soma vos não faltão mayores addições porque os danos que fizerão em Angola, São Thome, Maranhão e mais conquistas, o que dellas levarão e o que eu deixey de lograr, o ultimo dano da tomada de Taparica e a armada que mo custou lançá los daquelle posto, e as somas de fazendas que em tantas embarcações tem tomado a meus vassallos excedem tudo quanto se pode allegar por sua parte, e não falo no em que perjudicarão e no que levarão a este reyno antes de minha restituição à coroa delle porque nesse tempo podia ter cor algũa desculpa, a guerra que fizerão a minhas conquistas, que despois de minha restituição não teve nenhũa, e ainda feita conta por aquelle tempo são infinitamente mayores os danos que fizerão que os que receberão, baste que entre em hũa addição a Mina e em outra a India, de que tem tirado tantas riquezas, que para admiração ouvi quem escreveo que não podião caber em Holanda.

20 – Francisco de Souza teve algũas faculdades minhas, como haveis de ver nos seus despachos, para prometer algũas somas de dinheiro a pessoas particulares em beneficio deste negocio. [fl. 167v] Mas porque a experiença de que nos tão grandes e tão commons servem poucas vezes estas dadivas e promessas de pouco mais de que havendo se de fazer pellos meynos ordinarios vende los tambem por este extraordinario vos hireis muito atento nestas promessas não nas fazendo (principalmente se forem grandes) se não quando entendaaes que consiste nellas o bom successo do negocio, advertindo que por este caminho se tem malbaratado algũas somas de dinheiro consideravel, e quando a prometaaes será sempre para se cumprirem feito primeiro o negocio.

21 – Pello que ja succedeo em semelhantes occaziões he provavel se vos peça segurança ao cumprimento do que prometerdes em meu nome, e entre outros meynos que já se conferirão forão mais approvados o de darem reféns aos holandezes pessoas de toda a importancia e authoridade no reyno ou de se obrigarem os homens de negocio delle e particularmente a companhia do commercio à satisfação do prometido, e se por estarem debaixo de minha jurisdicção se duvidar delles darão ahy seus correspondentes e os mais que tiverem fora do reyno que sempre serão os que bastem para segurar que nem se contrata com engano nem haverá falençia no contrato.

22 – Alem do que como os ministros de França hão de entrar a medear neste negocio com authoridade de el rey que ja tem para isso sua intervenção parece que bastava para fiança por minha parte e por esta razão, e porque tambem terão os holandeses mais respeito ao contrato, procurareis que tudo se faça com intervenção e assistençia destes ministros metendo os e empenhando os o mais que puderdes na negoçeação e isto mesmo fareis com os de Sueçia se os achardes na Haga, e se for para isso necessario carta da raynha a mandareis pedir ao meu embaxador em sua corte, e espero della escreva com a boa vontade que sempre teve às couzas deste reyno que dezeja ver poderoso e estebeleçido.

23 – Suponho que os holandezes hão de largar primeiro que reçebão o que possuem no estado do Brazil, e quando elles o não queirão fazer, e vos desenganares de que o não farão esgotadas por vossa parte todas as deligençias, então capitulareis que assy como se lhe for entregando parte do preço, hirão entregando parte do que possuem, ficando para o ultimo termo, que será o de mayor soma, a entrega do Areçife, e neste caso ja sabeis que não são neçessarias fianças, e advirtireis que do dia da çelebração do

contrato em diante há de cessar todo o acto de hostilidade entre estas duas nações, porque assy o pede a razão e a natureza do contrato, e porque tambem se ouuer de haver guerra nas conquistas não se poderá tirar a sustança com que se hão de fazer os pagamentos à companhia.

24 – Por algũas vezes se apontou que para conseguir melhor effeito nesta conveniencia da compra seria melhor fazer la com os interessados em particular comprando a cada hum suas açções que com todos em commum, mas por se não achar nunca boa conta a este arbitrio, pareço sempre melhor o de comprar em commum à companhia com intervenção e approvação dos Estados fazendo o contrato directamente com elles [fl. 168] e juntamente com a companhia. E porque com a pratica se costumão abrir e entender melhor os negócios que com a especulação, se começando a falar nesta materia entenderdes outra cousa me dareis conta com todas as razões que se vos offererem por hũa e outra parte para, consideradas ellas, vos mandar responder o que parecer mais conveniente a meu serviço e em mais utilidade do negocio.

25 – Se todavia os Estados sem embargo de tudo o que fica referido não quiserem admitir este meyo e persistirem no da restituição na forma em que a propuzerão ao embaixador Francisco de Souza Coutinho, será forçado dizerdes lhe que pello que me toca, dezejo tanto a paz com os Estados, demais de outras razões por não dar gosto a seus mesmos inimigos, que farey como fico fazendo toda a diligencia que me for possivel por reduzir o reyno sem o qual como tenho apontado não posso contratar naquella forma a que vinha neste meyo que tanto repugna. A este proposito me offereço Gaspar Dias Ferreira dous papeis que se vos entregarão para que achando nelles algũa cousa de que lançar mão o façaes, como das mais informações que achardes em Feliciano Dourado, que serão as de mais importancia, e ainda tenho por de mayor as que vos tem dado aquelle amigo com que tratastes, de quem supponho levareis hum papel largo sobre esta materia.

26 – Demais das cartas de crença que levais para os Estados e principe de Orange se vos entregará hum poder meu sem limitação para poderes contratar com os Estados paz por quaisquer meys e com quaisquer partidos. Usareis delle regulando o por esta instrução sem a excederes em cousa algũa, ainda que com isso vos pareça se adianta meu serviço, e quando a occasião o peça, e entendais que convem alterar em algũa parte esta instrução e a brevidade seya muita me podereis fretar hũa embarcação por que me deis conta da materia, que não rezolvereis sem primeiro reberes reposta minha, mas isto se entende no que se encontrar, com o disposto em vossas instruções, que sobre o que não for provido nellas seguireis o que vos mandey ordenar na instrução publica.

27 – Isto e o mais que achareis nos despachos de Francisco de Souza, e o que à boca vos dirá Pedro Vieira he o que toca aos negócios do Brazil.

28 – Nos negócios da India se tem passado com menor controversia. Fizerão os ministros da companhia oriental hum acordo de tregoa ou cessação de armas com o conde João da Silva Tello sendo vizo rey daquelle estado, e chegou aqui a tempo que Francisco de Souza tinha celebrado outro na Haga, por que mandey estar por ser mais util e mais favoravel para meus vassallos. E posto que depois daquelle acordo não ouve aly guerra com os holandezes, comprindo nisto aquella capitulação que seria por lhes estar bem nas mais essenciaes circunstancias della, faltarão em tudo com não pequeno perjuizo do reyno e sentimento dos vassallos que tenho naquelle estado particularmente na ilha de Ceilão. Sobre isto se mandou escrever a Francisco de Souza, e deixou de fazer o que nesta parte lhe mandey ordenar por atalharem e embaraçarem tudo as controversias do Brazil. Assy vos constará pellos papeis que estão em poder de Feliciano [fl. 168v] Dourado onde achareis o acordo que se faz na India, o que se fez na Haga, e tudo o mais que sobre esta materia he necessario para procederdes nella com toda a noticia. Aquilo vereis e seguireis na forma que o mandey ordenar.

29 – Naquelle acordo ficou por rezolver o ponto mais principal que foi o do territorio da fortaleza de Gale que os da companhia pretendem seya muito mayor do que nunca tiverão e do que pede a razão e

o costume de todas as gentes. Rezervou se a resolução deste ponto para louvados em que nos havíamos de comprometer para tudo se concluir em termo de hum anno, e posto que emquanto esta duvida se não determina pagão meus ministros na India tão grande soma de canela, tenho este por menor dano que o de me expor no tempo prezente ao perigo de hũa injusta sentença, e por esta razão dessimulareis com este louvamento, e quando os Estados ou a companhia puxem por elle o desviareis com toda a destresa, 'té que as couzas tomem melhor estado, e eu possa com mais confiança esperar se me faça justiça deixando continuar por hora as couzas da India no modo e forma em que estão procurando só melhoras, no que os ministros da companhia não guardarão a capitulação na forma das ordens que forão a Francisco de Souza, dando nisto e em tudo o mais que ouveres de tratar prelação aos negocios do Brazil, que pella qualidade delles e pelo estado em que se achão se devem tratar e concluir primeiro.

30 – Conforme aquella capitulação da Haga que mandey approvar, são os holandezes obrigados a restituir Nigumbo, como claramente vereis da forma dos artigos, e ainda que 'té 'gora o não quizerão fazer, porque largado elle não ficão tendo em Ceilão mais que a fortaleza de Gale, se falou na India em largarem por concerto, dando lhe nas drogas da terra, ou em outras, o que parecesse justo, e posto que a principio não pareço lá mal esta pratica, estão as couzas daquelle estado tão attenuadas que nem applicação e poderá ser que nem cabedal ouve para se levar adiante. Com esta notíça se acaso vier em pratica este negocio podereis responder a elle, advertindo que assy como se tem dito do Brazil he este meyo na India o mais conveniente para tudo.

31 – Quanto aos negocios em commum assy para o Brazil como para a India e Europa entendereis que a tregoa de dez annos que çelebrou o embaixador Tristão de Mendoça Furtado se acaba no tempo que vereis do mesmo tratado e importa quanto se deixa considerar, que antes de se acabar o termo se confirme aquelle tratado em que não falareis logo por não parecer que este negocio vos leva a Holanda, sendo conveniente entender se que hides aos do Brazil, como na verdade he, porem hireis sempre com cautela de não deixar acabar o tempo, esperando algũa occazião que vos pareça mais accomodada para falar e concluir este ponto. A prorogação será por outros dez annos, ou pellos que lá parecer sempre com clauzula que durará emquanto se não çelebra paz geral e perpetua.

[fl. 169]

32 – Aquella capitulação tinha algũas couzas que se puderão melhorar a favor do reyno, mas não está elle em estado de se intentarem novidade por minha parte. Se vos parecer que podereis melhorar algũa couza o fareis para o que convirá conferir a materia com Pedro Vieira antes de vossa partida.

33 – Entregar se vos hão na secretaria de estado copias dos papeis que se fizerão sobre a vinda e assistência do príncipe Ruperto neste porto, e sobre a vinda e assistência da armada do Parlamento para vos constar por elles que segui 'té 'gora a neutralidade com que começey nos movimentos de Inglaterra, e que se bem assy por parte do príncipe como dos ministros da armada do Parlamento se fizerão alguns excessos, os fiz emendar com toda a suavidade procurando o mais efficaçmente que me foi possivel achar meyo conveniente para sem ruina do príncipe e sem dano da armada de el rey a livrar do desigual poder da do Parlamento, 'té 'gora se não achou e há pouca apparencia de se achar. E porque cada hũa das partes faz queixa de meus ministros, e a materia está tanto nos olhos do mundo, para poderdes falar e responder com toda a notíça he forçado dizer vos por mayor as queixas de cada hũa das partes, e responder vos a ellas:

34 – Diz o príncipe que admity como ministro publico hum enviado do Parlamento, e informarão no mal, porque nem o tratey nem conhecy como ministro publico, antes querendo elle revogar ou impedir o exercíçio de consul da nasção ao nomeado por patente de el rey lho não consenty, de maneira que nem como embaixador nem como enviado nem ainda como consul o mandey tratar seguindo nisto o mesmo que fazem os outros príncipes da Europa que seguem a neutralidade, ouvi o sy, porque não podia deixar de o fazer príncipalmente nos negocios do commercio, que são aqui tantos como sabeis.

35 – Diz mais que lhe não conçedo a preteçção que lhe promety obrigando a armada do Parlamento a que se detenha neste porto tempo bastante para o príncipe e a armada de el rey se porem em salvo, e não advirte que por a armada do Parlamento se não sojeitar a esta obrigação não quis entrar neste porto e ficou fora delle e da artelharia de São Gião e Cabeça Seca, que he a que só lhe podia fazer algum dano, e posto que despois entrou, foi com permissão minha só para o caso de a livrar da tormenta por não ser justo que a minha vista deixasse perder hũa armada da nação que tem e teve sempre amisade e commercio com a portuguesa. Esta permissão lhe não conçedy se não prometendo os cabos da armada (como cumprirão pontualmente) de não fazer hostilidade ou dano algum a armada de el rey enquanto estivessem neste porto.

36 – E não advirtindo mais que entrando elles soo para se ampararem no porto na tempestade, passada ella os deixei ficar procurando meynos em que desde que entrarão ‘te ‘gora se ocupão meus ministros, para deixarem sahir primeiro a armada de el rey [fl. 169v] importando à do Parlamento sahir se e hir esperar a de el rey fora da barra e da vista das fortalezas, que he o caso em que me não obriga a proteçção prometida.

37 – Logo que chegou a armada do Parlamento quis entrar no porto a pelear com a de el rey por dizer o general trazia para isso ordem de seus mayores, e mandei lho impedir com a artelharia das fortalezas tão rijamente que lhe foi forçado amainar e tornar para fora da barra. E porque hum navio de guerra do Parlamento que chegou despois da armada recolhida no porto se quis vir unir com ella acrescentando suas forças contra o que eu tinha ordenado, o teve quasy metido hum dia destes no fundo a artelharia de São Gião.

38 – Mandey dizer ao príncipe que enquanto aqui assistisse a armada do Parlamento lhe conçedia livre a assistência do meu porto e a proteçção de não ser offendido nelle de pessoa algũa. Tudo isto são obras de amigo e demonstraões evidentes da boa vontade que tenho ao príncipe e do cuidado com que dezeijo que a armada de el rey não padeça dano.

39 – Agora se queixão, e ja aqui o fez o enviado de el rey, de que pedindo me reposta se havia ou não de deter a armada do Parlamento o termo que se limitou na reposta de Arnul de Lisle, eu lhe dilatava importando lhe sabe la ainda que fosse em seu dano para se sahirem a todo risco primeiro que a armada do Parlamento crecesse mais de poder. E isto supposto o que ficar referido he fazer queixa do que podia ser materia de agardeçimento, pois toda a dilação se fundou e funda em buscar meyo de a armada sahir sem perigo, pois conforme a condição com que entrou a do Parlamento, não lhe devo fazer a violencia de a deter, principalmente quando prometem que nem na barra nem no alcance da artelharia das fortalezas della pelejarão ou farão dano algum a armada de el rey.

40 – As queixas do Parlamento tem muito fações repostas porque eu não podia negar à armada de el rey a entrada em meus portos, e repararem se e venderem nelles as fazendas que trazião, cujo titulo me não tocava averiguar, e não conçedy aos navios de el rey nem ao príncipe e sua gente cousa que não conçedesse igualmente ao Parlamento e ingrezes que seguem o seu partido, e porque nisto ouve algũas particularidades que nem se podem nem devem reduzir a escrito as entendereis muito pormenor de Pedro Vieira, porque se podem offerecer occaziões para que importe ter elo entendido.

41 – E porque o commercio de Inglaterra, que hoje está todo no Parlamento, e o uso dos seus navios he tão necessário no reyno e a larga assistência do príncipe Ruperto neste porto e o não haver em Londres noticia de como aqui se proçeedo com elle podia causar qualquer desconfiança, tive por conveniente mandar hum homem àquella çidade sem titulo algum a alcançar o estado em que os que governão o Parlamento estão com este reyno, e o animo que tem para suas couzas, para que não sendo o que aqui se lhe mereçe dê toda a justificação com os papeis que se lhe hão [fl. 170] de entregar, e achando outra cousa se volte sem fazer deligença algũa. Escolhy para esta deligença a Diogo Gomez Carneiro pessoa de minha satisfação que vay a titulo de negócios de çertos ingrezes com a cautela necessária para tratar

dos meynos. Se o pedir a occasião, corresponder vos eys com elle, e lhe advirtireis tudo o que vos parecer conveniente para o negocio a que vay, e antes que parta se vos enviará copia de sua instrução.

42 – Nas ultimas cartas que se receberão de Francisco de Souza avisa, como ja o havia feito em outras antecedentes, que em Holanda se preparavão vinte navios e cinco fragatas para virem sobre esta barra piratear e fazer hostilidades aos vassallos e portos do reyno, em satisfação da guerra que dizem lhe moverão os portuguezes de Pernãoobuco, e de lho não querer restituir pelo modo que pretendem. E posto que Francisco de Sousa tem para sy que esta armada não partirá emquanto não chegardes, e se entender de vos se levais faculdades minhas para fazer a restituição, dezeija comtudo tanto a provincia de Zelanda romper a guerra com este reino e, ten lhe o commum dos holandezes tão roim vontade, que tudo se pode reçar, e por esta cauza poreis todo cuidado por impedir esta resolução se ella se tomou para se effectuar. E os meynos de que deveis usar para alcançar este fim vos ensinará aly a occasião e a experiencia, e os meynos e razões geraaes com que o deveis persuadir são tão notorios que não há para que os apontar, bastava hũa, e he que lhe não mereçe o reyno esta correspondência de que espero não tirem mais que despeza e falta de reputação.

43 – Esta materia he de qualidade que deveis fazer a mayor deligencia por saber tudo o que nella ouver, e avisar me muito pormenor do que alcançardes, e se a armada ouver de vir mo avisareis com a mayor antecipaçaõ que puderdes por França e por todas as partes, fretando para isso embarcaçaõ se for neçes-sario, e particularisareis o numero e a forza dos navios, a gente com que se guarnesem e os intentos que trasem, que procurareis muito entender ainda que vos custe qualquer despeza, e esta mesma deligencia fareis por alcançar se mandão gente, navios ou outro qualquer socorro a algũa de minhas conquistas pelo muito que importará avizar lhe e remeter lhe daquy o neçesario para se deffenderem, conforme for o poder com que ouverem de ser cometidos.

44 – Diz tambem Francisco de Souza que há aly quem duvida se vos receberão os Estados, mas que elle tem por çerto vos hão de receber e festejar e assy he de crer conforme a outros avisos que deveis ter tambem por vossa via, não milita em vos a rasão que tiverão para não admittir dom Luis Portugal e deseijão convir se com este reyno e este he o meyo de o conseguir. Mas se acaso tentarem outra cousa, que deve ser querendo primeiro entender de vos se levaaes poderes para fazer acordos lhos mostrareis se for neçesario, e quando se não quietem dizendo que o que levais he muito vago e largo e que o querem particular, respondereis que aquelle basta para acordares, e que como o que assentardes ha de ficar reservado a minha ratificação e à que [fl. 170v] despois hão de fazer os Estados, aquelle poder sobeija, que he o que se costuma dar em occasiões semelhantes, e o levar poder especial tem os grandes inconvenientes que se acharão em hum que ahy suppos Francisco de Souza Coutinho. E posto que nestas repostas se gaste algum tempo vos não afligaaes nem apresseis muito, salvo se entenderdes que os Estados e companhia estão de animo de açaer a compra, porque então pelo interesse de a effectuar com brevidade a soliciatareis o mais que vos for possivel.

45 – Se todavia chegar o negocio a termos que por esta ou por outra causa se rezolvão os Estados a vos não admittir, vos não sahireis de Holanda sem primeiro me avizardes advertindo que o que convem he não desavir por hora, ainda que os desenganos seijão muitos, e isto se entende não tocando o negocio em perigo de vossa vida ou em grave dano da reputação.

46 – Dom Luis Portugal padeçe as neçesidades de que ja tendes notiça, e a tereis melhor em Holanda. Dezeijei por vezes remedear lhas e com este intento mais que por conveniencia do meu serviço o nomeey meu embaixador e primeiro plenipotenciario no congresso de Munster, que não teve effecto, e despois meu embaixador aos Estados, e tambem não teve effecto por o não quererem admittir seus mesmos parentes e naturaaes. Fis lhe merçe de trez mil crusados de pensões nos bispados vagos, e mandando lhos pagar, tomando sobre mym a obrigaçaõ de os satisfazer se não vierem bullas e pagando lhe com isto algum tempo os cabidos, hoje se resolverão a não lhe pagar, sem ordem de Sua Sanctidade. Tenho lhe feito merçe na conformidade que vereis do despacho que lhe vay e 'té 'gora se não offereçeo couza em



que lhe pudesse fazer effectiva esta merce fico o considerando, e pelo referido vereis que quanto esteve em my fiz por acudir a suas neçessidades.

47 – Francisco de Souza fes algũa deligencia por se introduzir com o embaixador de Castella que aly assiste com o intento de que elle vos dará conta. O zelo de Francisco de Souza he qual sabeis, mas por aquella materia poder ter algũa indeçença e não parece o meyo do embaixador de Holanda a proposito para tirar fruto daquella pratica, vos acautelareis para não falar nella senão sendo provocado.

48 – O duque de Carlandia que he hum príncipe de Alemanha de que achareis em Holanda bastantes notiças escreveo a Francisco de Souza a carta que se vos entregará. O que se pode capitular com elle he amisade e livre commercio com o reyno, e que serão nelle bem recebidas e tratadas suas embarcações. Se quiser capitular nesta forma o fareis em meu nome, e me enviareis a capitulação para a confirmar, e lhe hirá a elle para fazer o mesmo.

49 – O príncipe de Orange correo sempre muito bem com meus ministros, e mostrou em todas as occa-
ziões bom animo para minhas couzas, continuareis muito [fl. 171] com elle. E porque Francisco de Souza me avisou mostrara gosto de não sey que meudezas lhe enviareis tanto que chegardes as que se vos entregarão por hum rol, dizendo lhe que por entender de Francisco de Souza que elle dezejava caçar com os cães deste reyno, vos mandey dar esses para lhe entregares.

50 – Nuno da Cunha que foi no Brazil prezoneiro dos Holandezes, chegando a Haga foi prezo a requerimento de huns judeos por çertas dividas, e sem Francisco de Souza ter ordem minha para tomar sobre sy ou sobre minhas fazenda as dividas de Nuno da Cunha, mandou chamar Jeronimo Nunez da Costa meu agente em Asterdam, e em meu nome lhe ordenou se obrigasse ao pagamento das dividas por que Nuno da Cunha estava preso, e o fez Jeronimo Nunez parecendo lhe que nisso me servia, pedindo me porem o mandasse tirar a paz e a salvo porque receava de brevemente lhe mandarem contar o dinheiro. Assy o fiz ordenando ao conselho da fazenda lhe acudisse de maneira que não padeçesse por esta causa, mas como Francisco de Souza fez isto sem ordem algũa mandey advertir ao mesmo conselho lhe descontasse em seus ordenados o que minha fazenda despendesse por esta causa. Francisco de Souza he pobre e este modo de satisfação por seus ordenados he em perjuiso de meu serviço o melhor meyo de todos para reparar este dano he livrar a Jeronimo Nunez daquelle empenho. Se assy o puderdes fazer ter vo lo hey em serviço e para poder ser assy vos informareis do esta[do] em que este negocio está logo que chegueis a Holanda.

Luis Teixeira de Carvalho a fazer em Lisboa a sete de Mayo de 1650. [noutra mão] Pero Vieira da Sylva o fiz escrever.

Rey [assinatura]

Instrução secreta de que há de usar Dom João de Menezes na embaixada ordinaria de Holanda.





CENTRO DE
ESTUDOS
HISTÓRICOS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA